

CNJ vai apurar declaração de desembargadora sobre Marielle

O Conselho Nacional de Justiça anunciou que vai abrir procedimento para apurar as declarações da desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a respeito da vereadora carioca Marielle Franco (Psol), morta na quarta-feira (14/3).

Marília escreveu nas redes sociais que a vereadora foi “engajada com bandidos” e eleita com apoio do Comando Vermelho. Também atribuiu à vítima a culpa da morte: “seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro.”

Logo depois, a desembargadora divulgou nota reconhecendo que divulgou boatos e que iria esperar as investigações serem concluídas. Ela afirmou à *Folha de S. Paulo* que desconhecia a vereadora do Rio de Janeiro até ler a notícia sobre o homicídio.

O ministro João Otávio de Noronha, corregedor nacional de Justiça, comunicou que irá apurar o caso. Trata-se de uma investigação preliminar, que só virará processo administrativo se levada ao Plenário do CNJ e aprovada pelos conselheiros.

Inclusão social

Noronha ainda abriu pedido de providências contra a desembargadora por ela ter ofendido uma professora com síndrome de down, também nas redes sociais.

Ao comentar a notícia de que o Brasil tem uma professora com a síndrome, ela declarou: “Poxa, pensei, legal, são os programas de inclusão social... Aí me perguntei: o que será que essa professora ensina a quem???? Esperem um momento que eu fui ali me matar e já volto, tá?”

O Psol, partido ao qual Marielle era filiada, e a Associação Brasileira de Juristas para Democracia já entraram no CNJ com duas representações contra a magistrada.

Date Created

20/03/2018